

NOTICIÁRIO

IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS. ALGUMAS ANOTAÇÕES.

Como estava programado, as sessões do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros decorreram de 10 a 21 de agosto último, na Faculdade de Odontologia da Universidade da Bahia, na cidade de Salvador.

A sessão solene de instalação foi realizada na noite do dia 10, no salão nobre da Reitoria, sob a presidência do senhor governador do Estado da Bahia, general Juracy Montenegro Magalhães. A de encerramento que devia ser, como estava previsto, presidida por Sua Excelência o senhor presidente da República, Dr. Juscelino Kubistchek de Oliveira, realizou-se no mesmo local, na noite do dia 21.

A maneira dos precedentes, o IV Colóquio destinou-se ao estudo da civilização de língua portuguesa em tôdas as épocas e lugares em que se tenha manifestado. Magnífica e instrutiva oportunidade para confrônto e troca de idéias entre especialistas de vários países, os Colóquios vêm contribuindo de maneira fecunda para que se amplie a base de documentação e de trabalhos imprescindíveis à promoção e sistematização dos estudos luso-brasileiros.

Para a efetiva realização dêste objetivo, a comissão organizadora do IV Colóquio planeou as seguinte atividades: sessões de trabalho da discussão das teses inscritas, exposições bibliográficas e artísticas, mesas-redondas e excursões.

As diferentes secções, em número de oito, funcionando separadamente, foram distribuídas da forma seguinte: I — O Homem e o Meio; II — A Língua; III — A Literatura; IV — As Belas Artes; V — A Sociedade, a Política e a Economia; VI — A Ordem Jurídica; VII — As Ciências Médicas; VIII — Instrumentos de Investigação e Cultura.

Cada uma dessas secções tinha um secretário fixo, incumbido da organização das notas dos "Boletins Informativos" e da distribuição das comunicações pelos relatores. As sessões de trabalho de discussão das teses funcionaram sob uma presidência escolhida pelo rodízio de três coloquistas previamente escalados para isso.

As comunicações eram apresentadas pelos respectivos relatores encarregados de informar a assistência sôbre a matéria submetida à sua apreciação. Infelizmente, porém, dada a própria natureza da ordem da partilha dos temas, feita de forma criticável, em que deixou de ser respeitada a conexão entre a especialidade do relator e a da tese em discussão, foram poucos os relatores que se alargaram em considerações metodológicas, de um lado, e, de outro, de caráter científico.

Note-se que êstes comentários circunscrevem-se à V secção — A Sociedade, a Política e a Economia — onde os relatores, salvo escassos exemplos, “montaram” nos resumos das comunicações antecipadamente divulgados pela comissão organizadora do Colóquio.

Semelhantes apontamentos, no entanto, em nada diminuem os relatores. Nós, igualmente, vivemos o mesmo drama quando recebemos da secretaria da V Secção duas teses para relatar e que escapavam inteiramente ao nosso gosto e campo de pesquisa. A culpa não cabe à secretaria da secção. Cabe, isso sim, à falta de uma sessão preparatória destinada a distribuir as teses segundo a especialidade dos respectivos coloquistas. Dirão alguns observadores que, neste caso, muitos trabalhos ficariam sem relatores. Bem, isso é outra história. O mal, entretanto, teria sido menor. E’ o que se nos afigura necessário para a sadia fecundidade dos Colóquios.

Um planejamento dessa natureza, de melhor logicidade, permitiria à assistência insatisfeita alargar-se em considerações sôbre os temas discutidos pelos relatores. Isso teria, outrossim, o grande mérito de evitar a dispersão sempre perniciosa nos congressos científicos. Quebraria, demais, o “silêncio” de muitos investigadores presentes que se viram à margem das teses em discussão. Essa terapêutica debelando êsse mal tornaria as sessões de trabalho mais proveitosas e válidas.

À semelhança do III Colóquio realizado em Lisboa, de 9 a 15 de setembro de 1957, o IV Colóquio não deu à História o que ela efetivamente reclama e merece — uma secção. Não entendemos as razões que levaram a comissão organizadora a “emparedar” a História na V secção — A Sociedade, a Política e a Economia. Por que isso? Uma coisa não elimina a outra. Tampouco a explica.

A largueza da V secção legitimou certas teses que cabem em qualquer parte, menos nas balizas da História, ciência humana que exige tratamento singular. Afinal, a História não está em liquidação.

Afigura-se-nos importante, outrossim, uma entrosagem entre a secção de História (oxalá o próximo Colóquio não se esqueça dela) e a VIII secção — Instrumentos de Investigação e Cultura —, pelo menos de horário, uma vez que os historiadores não podem prescindir de semelhante utensilagem mental.

O “divórcio” destas secções é enormemente prejudicial às duas pelo conseqüente desfalque que acarreta às respectivas sessões de trabalho, uma vez que ambas oferecem apetrechamento de mútuo interesse e proveito. Demais, acresce lembrar que os elementos humanos que as integram cabem, muitos dêles, no grupo dos historiadores, quer pela obra já impressa, quer pela especialidade da investigação. Por isso não admira a angústia que se apossou de grande parte dos coloquistas das V e VIII secções, impedidos pelo horário de acompanhar as discussões de certas teses que se abriam em oferendas a ambas as assistências igualmente interessadas nos progressos da historiografia contemporânea e nos instrumentos de investigação e cultura. Oxalá a comissão organizadora do próximo

Colóquio encontre uma fórmula de conciliação entre essas duas secções de enorme e recíproca conveniência.

E', igualmente, de se lamentar que a historiografia contemporânea brasileira, salvo raros casos, não se fizesse representar com teses válidas e úteis ou com a palavra inteligente na apreciação das comunicações relatadas. Um ou outro, muito poucos, excitaram a assistência com a tessitura crítica reclamada por alguns trabalhos de investigadores nacionais e estrangeiros dignos de serem apreciados em alto nível e publicados nos Anais do IV Colóquio. O turismo, sempre presente nesses "encontros", chegou a raptar alguns coluquistas das sessões de trabalho.

No entanto, apesar dessa grita, o Colóquio foi deveras fecundo. Pensemos nas chegadas de enorme valia para os estudos luso-brasileiros, hoje na ordem do dia em caráter de urgência. Não olvidemos, outrossim, as relações humanas despertadas em congressos científicos dessa natureza. No campo da historiografia, por exemplo, a ação de certos coluquistas, nacionais e estrangeiros, foi para nós um feraz incitamento. Deixamos, porém, de citar nomes para não cairmos em omissões.

Outro aspecto deveras frutuoso do IV Colóquio foi o de despertar o Comitê Nacional de História do profundo sono em que havia caído. Para isso reuniram-se alguns historiadores brasileiros numa sessão que não figurava na ordem dos trabalhos prevista pela comissão organizadora do IV Colóquio.

Assim sendo, escusado será dizer que se mais nada tivéssemos lucrado com o IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, bastava-nos êsses aspectos positivos para valer a pena lá têrmos ido. Criou-se novo ambiente favorável, desbravamento de terreno. Isso seria o suficiente para os organizadores do Colóquio serem merecedores, como de fato o são, dos melhores aplausos.

MANUEL NUNES DIAS

*

* *

V CENTENÁRIO DO FALECIMENTO DO INFANTE D. HENRIQUE.

Concurso de monografias.

A "Casa de Portugal", desejando comemorar condignamente o V Centenário do Falecimento do Infante D. Henrique, a transcorrer em 1960, decidiu instituir um concurso de monografias, ao qual só poderão concorrer pessoas domiciliadas no Brasil, com a distribuição de três prêmios:

Científico (Cr\$ 100.000,00), versando o tema: "A cosmografia de Sagres, especialmente, no que tange ao pré-conhecimento da existência das terras sul-americanas";

Histórico (Cr\$ 5.000,00), versando o tema: “**A figura do Infante D. Henrique**”;

Literário (Cr\$ 50.000,00), versando o tema: “**Presença do Infante D. Henrique na literatura Portuguesa e Brasileira**”.

O prazo de encerramento para entrega dos trabalhos será no dia 31 de julho de 1960.

Oportunamente serão divulgados mais detalhes, inclusive o Regulamento dêsse concurso.

Para maiores esclarecimentos os interessados poderão dirigir-se à Secretaria da “Casa de Portugal” (Avenida da Liberdade, 602 - Tel. 31-6353).